

CRÍTICA TEXTUAL NO GAY PARADISE

Arivaldo Sacramento de Souza (UFBA)

arisacramento@gmail.com

Em *A Maldição do Manuscrito Autógrafo*, Luís Fagundes Duarte textualiza uma angústia que foi vivida por muitos que assistiram o processo de transformação da Crítica Textual, quando da apropriação do novo objeto na modernidade: o manuscrito autógrafo. Vale observar:

[a] *crítica filológica tradicional* tem encarado o manuscrito literário moderno numa perspectiva que poderíamos classificar como *teleológica* [...]: para ele todo o trabalho de gênese de uma obra, documentado nos respectivos manuscritos, tende fatal e inexoravelmente para um fim pré-determinado, que é o texto acabado, e por isso, entende que todos os manuscritos deixados inacabados pelo seu autor terão de ser submetidos a um trabalho de acabamento, dando-se-lhe como modelo outras obras, acabadas, do mesmo autor. [...] o editor de manuscritos literários inacabados – e por muito que isso me doa, entre eles acabarei sempre por me incluir – olha para o seu objeto de trabalho como um texto virtual: *pensa* que o autor pretendia ao iniciar a escrita, atingir plenamente um determinado objetivo, *descobre* os momentos e os lugares em que ele o conseguiu de facto, e *controla*, modificando-os, aqueles em que falhou. Resta-lhe admitir que, tal como há rios que afinal nunca chegam ao mar, também há manuscritos que nunca terão acabamento, podendo assim o editor *corrigir* a sua estratégia de abordagem do manuscrito – e deixá-lo viver na turbulência que final algum jamais domará. (DUARTE, 1995, p. 12, grifo do autor)

O problema era, basicamente, como usar os métodos da Crítica Textual Tradicional (*recensio, collatio, emendatio, constitutio textus*) para trabalhar com situações textuais que extrapolavam os limites do método de edição? A autoria, desse modo, instaurou uma demanda para a agenda da Crítica Textual.

Esse desafio epistemológico reordenou a Crítica Textual em duas vertentes: a Tradicional, preocupada com o resgate do *manuscrito ausente*; e a Moderna, obrigada a (re)estabelecer o texto da *vontade última do autor*. Entretanto, isso tudo não livrou a Crítica Textual dos questionamentos provocados pela crise do paradigma da ciência positivista, seio oitocentista a partir do qual se desenvolveu a vertente disciplinar da Crítica Textual.

O principal desconforto decorrente dessa crise é em relação ao “estabelecimento de texto”, isto é, a restituição do original ou do texto autoral. Originalidade e autoria são conceitos que se apóiam num ideal da metafísica tradicional, são discursos ficcionais elaborados para privilegiar leituras comprometidas e transformá-las em naturais, reais, estáticas. A busca pela origem jamais será possível, tampouco a restituição da “vontade última” do autor, já que todo o processo de constituição textual é permeado pela subjetividade do pesquisador, bem como pelas intempéries sócio-culturais nas quais o sujeito e o objeto, simultânea e interativamente, estão imersos.

Para entender melhor esse processo, é preciso compreender que a atividade editorial é um espaço por meio do qual sujeito e objeto (texto) interagem, mesmo quando isso não é admitido. Muitos filólogos acreditam ter fórmulas e procedimentos apriorísticos para o tratamento de certa massa documental, isto é, como afirma Caetano Veloso em *Livros*, uma forma de criar os textos, “[d]omá-los, cultivá-los em aquários,/em estantes, gaiolas, em fogueiras [...]”. Enfim, de apossar-se dele para formalizar uma estátua textual, morada do significado transcendental.

Nessa abordagem ficam comprometidos todos os processos de produção de sentido da história de um texto, de sua transmissão, circulação, usos e atualização temporal. Para se der a dimensão disso, é preciso entender o papel dos mediadores textuais no processo de construção do sentido. Chartier (2002, p. 61), em seus *Desafios da escrita*, afirma que:

[a] questão essencial que [...] deve ser colocada por qualquer história do livro, da edição e da leitura é a do processo pelo qual os diferentes atores envolvidos com a publicação dão sentido aos textos que transmitem, imprimem e lêem. [...] é preciso lembrar que as formas que permitem sua [do texto] leitura, sua audição ou sua visão participam da construção de seus significados. [...]

A edição crítica de um texto, enquanto promessa de texto original ou representativo do ânimo autoral, dito dessa forma, não passariam de caricaturas forjadas pelo rigor matemático colacionado numa edição de caráter compósito.

Com isso, não se pretende afirmar que a edição crítica não serve mais, pois, se assim fosse, seria valer-se dos métodos cartesia-

nos, fundados na oposição binária, conforme a qual uma postura editorial seria radicalmente contra a outra, um ringue de batalha entre edições conservadores e críticas, com seus respectivos egocentrismos acadêmicos. O fato é: faz-se necessário pensar a proposta de edição compósita como uma leitura do editor (filólogo é claro), como se o processo de edição oportunizassem sujeito-e-objeto na construção do sentido textual. O editor, portanto, está, nessa conjuntura, emancipado.

Conforme David Kastan (2001), lido aqui numa paráfrase de Chartier (2009, p. 41, grifo nosso), há duas vertentes editoriais na crítica textual: uma perspectiva platônica “[...] segundo a qual uma obra transcende todas as suas possíveis encarnações materiais [...]” e outra:

[...] *pragmática*, a que afirma que nenhum texto existe fora das materialidades que lhe dão para ler e escutar. Essa percepção contraditória dos textos divide tanto a crítica literária como a prática editorial, opondo aqueles que têm a necessidade de encontrar o texto tal como o autor o redigiu, imaginou, desejou, sanando as feridas que lhe infligiram a transmissão manuscrita ou a composição tipográfica, *àqueles para quem as múltiplas formas textuais em que uma obra foi publicada constituem diferentes estados históricos, que devem ser respeitados, editados e compreendidos em sua diversidade irreduzível* (CHARTIER, 2009, p. 41, grifo nosso).

Tal processo dá um novo papel ao filólogo: a construção de uma unidade textual a partir da diversidade de testemunhos. Da angústia pela reconstrução do texto original ou autoral passa-se à construção dum texto provisório, gestado a partir de um sujeito que precisa evidenciar as marcas editoriais do processo. Trata-se de um editor crítico “fora do armário” e que não precisa buscar a estratégia do autor como “presença” (DERRIDA, 1991) ou a origem como lugar de verdade inicial.

Porém, as diretrizes que surgiram frente às críticas contemporâneas ao fazer filológico tradicional não implicam a configuração de um novo modelo para a práxis filológica; mas, sim, a impossibilidade de um modelo universal, que possa ser uma estrutura uniforme para todas as tradições textuais. É a impossibilidade do modelo. Assim, cada projeto de edição precisa ser planejado para objetivos específicos, conforme o estudo que se pretende fazer. Não se pode adrogar a edição A ou B como melhor ou pior, uma vez que é a neces-

sidade do pesquisador que proporcionará a elaboração de um aparato metodológico para abordar a complexidade textual tomada como objeto.

Diante disso, uma das vertentes de estudo filológico utilizada na tese *A homossexualidade (en)cenada: estudos filológicos de textos teatrais censurados durante a Ditadura Militar na Bahia* é a edição sinóptica-crítica. Nessa edição, perante a diversidade de textos irmanados, justapõem-se os testemunhos lado a lado, para então, empreender uma leitura que se valha da riqueza da diversidade e diferença dos textos. Na contramão da edição crítica, que privilegia a semelhança – a busca pela higiene das diferenças –, a edição sinóptico-crítica permite inscrever uma leitura no devir textual. Avista-se, fragmentada e parcialmente, um processo textual dinâmico através de suportes que preservam marcas históricas de labor escriptográfico.

Assim, o objetivo da pesquisa é compreender a representação da homossexualidade em tempos ditatoriais, observar as negociações e conflitos vividos em torno da questão em tempos ditatoriais. O que permite um olhar que não seja massificado é a leitura dos testemunhos das peças teatrais veiculada pela edição sinóptica, que não reduz a complexidade das movências textuais. Daí, esboça-se a pesquisa a partir de dois pólos, obviamente, nada binários: (i) o estudo de representação da homossexualidade produzido por via da (ii) crítica filológica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Tradução Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. Tradução Fulvia L. M. Moretto. São Paulo: UNESP, 2002.
- DERRIDA, Jacques. *A farmácia de Platão*. Tradução Rogério da Costa. São Paulo: Iluminuras, 1991.
- DUARTE, Luís Fagundes. *A maldição do manuscrito autógrafo*. Lisboa: [s.n.], 1995.
- PÉREZ PRIEGO, Miguel Angelo. *La edición de textos*. Madrid: Editorial Síntesis, 1997.